

# Difícil o acordo com os credores

70 DEZ 1963

O resultado da visita que o presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, fez ao comitê de assessoramento dos bancos credores do Brasil foi que os banqueiros propuseram o reinício de negociações que haviam sido interrompidas há mais de ano. O comitê de assessoramento deixou claro, porém, que as renegociações se restringiriam ao reescalonamento dos empréstimos que vencem ainda este ano e no próximo. Significa isto que os credores estrangeiros, ante a incerteza atual, não estão dispostos a conceder a nosso país um prazo maior, que lhe permitiria fazer uma programação mais dilatada para atender aos compromissos externos. Convém ressaltar que, embora a proposta dos bancos credores, no sentido de se iniciar imediatamente (hoje, mesmo) a renegociação, possa ser considerada altamente positiva, não quer isto dizer que o entendimento será rápido e fácil.

O presidente do Banco Central pôde comprovar, em sua viagem aos Estados Unidos, que, sem um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional, os bancos credores não se mostram dispostos a assumir compromissos a longo prazo. Mostrar-se-iam, porém, mais transigentes, pelo menos, nas suas propostas

de prazo curto? A intervenção do FMI — que o secretário do Tesouro norte-americano parece ter considerado dispensável, no tocante ao Brasil, país que paga regularmente os juros que incidem sobre sua dívida externa — seria questão fechada para os bancos credores. Já tivemos oportunidade de assinalar que, para estes, o endosso moral do FMI é importante como justificativa a ser dada aos acionistas. Os bancos assentiram agora em iniciar a renegociação porque o presidente do Banco Central já se avistou com o diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, fato que realçou em seu pronunciamento diante do comitê de assessoramento, no qual frisou também, aliás, que o Brasil continuará mantendo informado o organismo internacional acerca de seus programas. Não há dúvida de que, se o diretor-gerente do FMI fizesse um pronunciamento positivo sobre o novo programa, a renegociação com os bancos seria facilitada.

Sem acordo com o FMI, os bancos só estariam inclinados a concertar uma renegociação que, aparentemente, equivaleria a uma prorrogação por um ano. Sem dúvida, isso representaria um avanço em relação

à última prorrogação, que era apenas de alguns meses. Mas é preciso que se tenha em mente que, ainda assim, a renegociação que hoje se inicia não será tranqüila. O presidente do Banco Central pôde avallar a importância que os bancos dão à questão das "operações 63" das instituições que entraram em liquidação. Conforme tivemos oportunidade de explicar, a Resolução nº 63, do Banco Central, nunca representou o aval das autoridades monetárias para operações de repasse de recursos externos: apenas enquanto interessava ao governo é que este lhes deu cobertura, a fim de assegurar o afluxo de recursos externos. Os banqueiros estrangeiros aludem, entretanto, a declarações verbais feitas anteriormente pelas autoridades monetárias brasileiras, prometendo total segurança a tais aplicações, ao mesmo tempo que consideram ter a renegociação aumentado a responsabilidade do Banco Central. Não há dúvida de que a nova renegociação terá de encontrar uma solução de compromisso para os 415 milhões de dólares que se acham em jogo.

Muito mais importante parecem, contudo, apurar se existem agora condições para reduzir-se o *spread* que o País está pagando e que é,

certamente, o *spread* mais alto do mercado internacional. Esta questão não foi aventada na conversa que o presidente do Banco Central manteve com o comitê de assessoramento dos bancos credores, mas é claro que não faria sentido proceder-se a uma renegociação se o *spread* não baixasse. De outro modo, não se trataria de renegociação, mas apenas de prorrogação, por um ano, de um acordo pouco satisfatório.

A questão das linhas de crédito a curto prazo é também importante. Com efeito, trata-se de capital de giro indispensável ao bom desempenho do comércio internacional do Brasil. Se os credores querem que nosso país continue a pagar os juros sobre a dívida, devem ajudá-lo a manter o superávit da balança comercial. O Brasil está mostrando sua capacidade de concorrência nos preços e na qualidade dos produtos, e o que lhe falta são os meios de assegurar a parte financeira.

A relutância dos bancos em oferecer melhores condições poderá levar o Brasil a adotar medidas mais drásticas, unilaterais. Neste caso, o País teria de preparar-se para enfrentar uma recessão muito mais cedo do que se imagina...